

COMUNICADO CONJUNTO

Lisboa, 15 de Março de 2013

SOBRE A INVESTIDA CONTRA OS MILITARES E AS FORÇAS ARMADAS



ANS



Associação de Oficiais
das Forças Armadas



AP

1. Clara e abertamente, vamos assistindo, agora, a uma sucessão de acontecimentos que colocam a nu o que, desde há muito, as Associações Profissionais de Militares (APM's) têm vindo a denunciar, alertar e a combater.
2. Antecedida de campanhas manipuladoras da opinião pública vão-se deixando escorrer notícias cirurgicamente seleccionadas, desvirtuando a verdade dos factos de modo a criar um terreno fértil para a mais fácil aceitação de medidas altamente gravosas para os militares e para as Forças Armadas, colocando em causa um dos fundamentos essenciais do Estado.
3. Num contexto em que, à semelhança dos seus concidadãos, os militares têm vindo a ser sujeitos de uma contínua e violenta degradação das suas condições de vida, com repercussões mais gravosas ainda porque cegamente aplicadas a uma realidade em que muitos dos direitos, liberdades e garantias são fortemente cerceados e em que se verifica a particular acutilância de sujeição a especiais deveres; ao mesmo tempo em que a exiguidade a que foram levadas as Forças Armadas vêm exponenciando as deficientes condições em que operam por ausência de treino e degradação dos meios;
anunciam-se, propõem-se, estudam-se e concretizam-se medidas, todas elas concorrentes para uma ainda maior deterioração da já difícil situação em que os militares e as Forças Armadas se encontram, através da alteração dos pressupostos relacionados com as carreiras, **defraudando expectativas** e acentuando uma lógica de **funcionalização do exercício da vida militar**, já traduzidas:
 - Na suspensão de passagens à reserva;
 - No congelamento de promoções em 2011, a que se seguiu um mitigado descongelamento em 2012;
 - No seu congelamento que, na prática, está a verificar-se em 2013, estando a sua concretização dependente de uma alegada alteração da estrutura superior da Defesa Nacional. A verdade é que, em Março, ainda não se verificaram promoções receando-se que esteja em causa mais um expediente para remetê-las para o mais tarde possível, atenta a norma que prevê a produção

ANS – Associação Nacional de Sargentos – R. Barão de Sabrosa, 57 – 2º - 1900-088 Lisboa

Tel: 218 15 4 966 • Fax: 218 154 958 • E-mail: contacto@ans.pt

AOFA – Associação de Oficiais das Forças Armadas – R. Infanta Dona Santa Isabel, 27-C, 2780 Oeiras

Tel: 214 417 744 • Fax: 214 406 802 • E-Mail: aofa@sapo.pt

AP – Associação de Praças – Rua Varela Silva, Lote 12 –Loja B – 1750-403 Lisboa

Tel: 217 552 939 • Fax: 214 056 487 • E-Mail: geral@apracas.pt

Associações Profissionais de Militares



ANS



Associação de Oficiais das Forças Armadas



AP

de efeitos retributivos apenas a partir do dia seguinte ao da publicação em DR. Entretanto, os militares ocupam os cargos na estrutura, assumindo as correspondentes responsabilidades, sem que se verifique a indispensável e justa contrapartida de posto e remuneração, circunstância que concorre para o já elevado grau de desmotivação existente, com implicações no funcionamento de uma estrutura altamente hierarquizada, própria das FA's, introduzindo perturbações na indispensável coesão;

- Na redução de efectivos arredada de qualquer coerência e, acima de tudo, ao arrepio do ciclo de planeamento estratégico (CEDN/CEM/Missões/Sistema de Forças/Dispositivo), visando o congelamento de admissões e a não renovação de contratos. Frustrando, deste modo, as legítimas expectativas dos militares que, de um momento para o outro, se vêm relegados para segundo plano, esquecendo que com esta medida se engrossa a lista de desempregados;
- Na alteração ao cálculo do Complemento de Pensão dos militares que se encontram na situação de reforma e das viúvas a auferir a pensão de sobrevivência, de modo a que o seu valor se encaminhe tendencialmente para zero;
- No incumprimento de forma reiterada do Regulamento de Incentivos, aos militares no Regime de Voluntariado e de Contrato, incidindo, assim, enormes prejuízos sobre este universo de militares, considerando as suas aspirações pessoais, profissionais e sociais;
- Na ausência de Formação Certificada, como factor catalisador de reinserção na vida ativa, no não pagamento do Suplemento de Residência e do Suplemento de Condição Militar durante a formação ou ainda nos sistemáticos atrasos do pagamento da Prestação Pecuniária.

Anunciando-se:

- Diferentes figurinos de carreira apontando, até, para outros paradigmas de formação;
- O reequacionamento das promoções por diuturnidade e antiguidade conferindo a primazia ao critério de promoção **por escolha**, reflectindo um completo desconhecimento do que é a realidade militar;
- Uma profunda alteração da situação de reserva apontando-se para uma reserva de 2/3 anos, em que o militar **deixará de ter direito** ao Suplemento de Condição Militar se não se encontrar na efectividade de serviço;
- Restringir e eliminar as figuras de **ADIDO** e **SUPRANUMERÁRIO** aditando, desse modo mais dificuldades na gestão de carreiras por recurso à eliminação de um mecanismo fundamental para que tal aconteça.

No que toca à ADM/IASFA:

- Aumento das quotizações acompanhado da diminuição das comparticipações:

Associações Profissionais de Militares



ANS



Associação de Oficiais
das Forças Armadas



AP

- Aumento do desconto de 1,5% para 2%, a ser pago durante 14 meses por ano;
 - Aos cônjuges sobreviventes ser-lhe-á estabelecida e aplicada uma quota de 1,5%;
 - Cancelamento da inscrição de “Protocolados” (beneficiários de outros regimes de protecção social que não a ADSE), antecâmara de um objectivo enunciado em proposta e que se traduz no pagamento de 25,00€ por mês;
 - Pagamento de uma nova quota de 0,3% para o IASFA;
 - Aumento de 20% para 25% do co-pagamento dos actos médicos;
 - Fim do regime convencionado para próteses oculares, com o pagamento de 100%, e com condições mais restritivas;
 - Pagamento de 100% dos actos médicos nos prestadores convencionados;
 - Celebração de um protocolo entre o IASFA e o Hospital das Forças Armadas (HFAR) em que se prevê a forte redução de convenções actualmente existentes nas áreas dos distritos de Setúbal, Lisboa e Santarém, com as gravíssimas consequências daí advenientes, considerando que está em causa um universo particularmente fragilizado (militares mais idosos), uma significativa parte dos quais sofrendo ainda, directa ou indirectamente, das sequelas da guerra em África;
4. Enfim, todo um conjunto de malfeitorias que não se esgotam na síntese acima referida, que o espaço e a oportunidade aconselham a não tornar mais exaustivos.
 5. Por conseguinte, entendemos que é oportuno e adequado denunciar o que vai acontecendo aos militares e também às Forças Armadas, sem que tal possa, de alguma maneira, ser entendido como concorrência com quem quer que seja!
 6. As circunstâncias justificam que, todos juntos, façamos valer a força da nossa razão, em oposição à razão da força que prepotentemente nos querem impor.
 7. É altura de cerrarmos fileiras e, um por todos, todos por um, exigir que atendam o pulsar da realidade militar de modo a atalhar, enquanto é tempo, **o decisivo declínio** de um dos principais fundamentos do Estado – as Forças Armadas portuguesas e o insubstituível papel que lhes cabe na defesa da soberania que ainda sobra nesta Pátria ameaçada!
 8. **Marquemos, então, presença na CONCENTRAÇÃO que se realizará dia 20 de Março, pelas 17:30H, junto à residência oficial de Sua Excelência o 1º Ministro!**

As Direcções das ANS, AOFA e AP